



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº 8/2013

A Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul/RS, através do Setor de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução CONSEMA Nº 196/2008 pela qual o município tornou-se habilitado para a realização do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, em conformidade com a Resolução Nº 102/2005 do CONSEMA, expede com base no laudo conclusivo elaborado pela BIÓLOGA CASSIANA MARCHESAN - CRBio 81335, a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO DE DESATIVAÇÃO**, que autoriza a:

EMPREENDEDOR: GERSON LUIS DA ROSA

CPF ou CNPJ: 494.176.570-20

ENDEREÇO: RUA MODESTO GARCIA

MUNICÍPIO: TAQUARUCU DO SUL - RS

PROCESSO: 448 / 2013

PROTOCOLO: 20 / 2013

RAMO DE ATIVIDADE: 0114,22 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS - UNIDADE PRODUTORA DE LEITÕES ATÉ 21 DIAS - COM SISTEMA DE MANEJO DE DEJETOS LÍQUIDOS - 200,00

1. Localização: LINHA GARCIA – TAQUARUCU DO SUL;

2. Coordenadas Geográficas: LATITUDE 27°24'8,89" – LONGITUDE 53°27'49,7";

3. Responsável Técnico: ENGENHEIRO AGRÔNOMO MAIQUEL ANESE - CREA RS170959 ART: 6715288.

COM AS SEGUINTE CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1- Quanto a localização e características das construções:

1.1 Deverá manter dispositivos de segurança para a proteção contra vazamentos acidentais para evitar a contaminação das águas e do solo;

1.2 No entorno do empreendimento deverá apresentar cortina vegetal, preferencialmente com espécies nativas.

2- Quanto ao manejo dos resíduos:

2.1 Ficam proibidos os lançamentos de resíduos e/ou dejetos "in natura", sem o prévio tratamento, nos recursos hídricos, mesmo que intermitentes;

2.2 Os dejetos e/ou os resíduos orgânicos a serem gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola, preferencialmente na própria propriedade, após 120 dias de estabilização;

2.3 Operar sempre as esterqueiras com uma folga técnica volumétrica de 20%;

2.4 Homogenizar sempre o conteúdo das esterqueiras verificando a incorporação final da nata para evitar o assoreamento pela borra depositada no fundo, quando for transportar o material para as áreas agrícolas;

2.5 Não queimar ou enterrar o lixo gerado pela atividade criatória devendo este ser destinado à coleta ou compostagem, no caso de resíduos orgânicos;

2.6 As carcaças de animais mortos e resíduos de mesma origem deverão ser destinadas a compostagem em condições de máxima impermeabilização afim de evitar a contaminação do lençol freático.

2.7 A esterqueira deverá ser cercada, com uma altura mínima de um metro, de modo a evitar acidentes.

3- Quanto as características da área de aplicação:

3.1 Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos as inundações periódicas;

3.2 O lençol freático deverá estar a pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

3.3 Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

3.4 Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com a orientação técnica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

3.5 As áreas agrícolas receptoras dos dejetos compostados devem situar-se a uma distância mínima de 55 metros dos corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes, das habitações vizinhas e das margens das estradas.

4 – Quanto as condições da propriedade:

4.1 Conservar as formações vegetais, em torno dos cursos d'água, das nascentes, nas áreas com declividade igual ou superior a 45°, topos de morro ou que apresentem outras restrições relacionadas aos Códigos Florestais Federal e Estadual;

4.2 Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d'água, banhados, beira de rios, arroios ou sangas, considerados Áreas de Preservação Permanente – APPs, de acordo com a Resolução CONAMA nº 303/02. Quanto aos reservatórios artificiais deverá ser obedecida a legislação pertinente à Resolução CONAMA nº 302/02;

4.3 Deverão ser adotadas medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores no entorno e no interior das instalações;

4.4 É proibida a caça de animais da fauna silvestre, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98 e Lei nº 11.520/00 – Código Estadual do Meio Ambiente, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas;

4.5 A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos veterinários na propriedade deverá ser realizada conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou o Receituário Veterinário;

4.6 Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme estabelece a Lei Estadual n.º 9.921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto, conforme artigo 6, parágrafo 5, da Lei 7.802/89, alterada pela Lei 9.974/00;

4.7 Armazenar os medicamentos veterinários sempre em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separados dos agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

5- Outros condicionantes e restrições:

5.1 O empreendimento encontra-se em área muito próxima de núcleo habitacional. Por este motivo, apesar do lote ser considerado rural, recomenda-se a desativação das atividades.

5.2 O empreendedor deverá apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de junho, relatório das atividades do empreendimento, destacando especialmente, a quantidade de matrizes descartadas no ano e o número de matrizes alojadas no empreendimento.

5.3 O Decreto Estadual Nº 23.430, de 24 de outubro de 1974 define, no artigo 320 que, as pocilgas só podem estar localizadas em zona rural a no mínimo, a uma distância de 50,00 m (cinquenta metros) das habitações dos terrenos vizinhos e das frentes das estradas. Devido ao fato de o empreendimento não respeitar estas metragens subentende-se que o mesmo deva ser desativado. A proximidade com núcleo habitacional é outro ponto que indica a necessidade de desativação do empreendimento.

5.4 A volumetria das esterqueiras não é o suficiente para atender o número de matrizes do empreendimento, considerando as orientações técnicas da Embrapa e a legislação municipal acerca da produção, estocagem e aplicação de dejetos de suínos. Entretanto, devido ao comprometimento do empreendedor, as boas condições de operação encontradas durante a vistoria e de tratar-se de um caso de ampliação não se considera necessário a ampliação das mesmas.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 04 (quatro) anos a contar da presente data.

Caso venha ocorrer alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à Prefeitura Municipal de Taquarucu do Sul, junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente no Setor de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta Licença perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido. A presente licença só autoriza a área em questão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUCU DO SUL

CNPJ: 92.403.567/0001-27

Rua do Comércio, 1424

Taquarucu do Sul - RS - 98.410-000

smataquarucu@yahoo.com.br

Esta licença não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Municipal, Federal ou Estadual, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

06/05/2013 à 06/05/2017

Taquarucu do Sul, 06 de maio de 2013.

DÉBORA TURCHETTO ZAMBAN
Licenciadora

GERSON LUIS DA ROSA
Empreendedor